

EDITORIAL 8

APESAR DOS RESULTADOS FISCAIS mais positivos do que muitos analistas esperavam, o volume de gastos do governo federal no primeiro trimestre deste ano adquiriu musculatura preocupante. Não há espaço para os otimistas quando se compararam os números de 2006 e os dados do ano passado.

Segundo os números divulgados esta semana pelo Tesouro Nacional, os gastos cresceram 14,5% nos três primeiros meses de 2006. As despesas da União, da Previdência Social e do Banco Central chegaram a R\$ 88,8 bilhões no fim de março – contra R\$ 77,6 bilhões no mesmo período do ano passado. O resultado primário do governo central (descontado o pagamento dos juros) caiu de R\$ 17 bilhões no primeiro trimestre de 2005 para R\$ 14,6 bilhões neste ano. Passou de 3,89% do Produto Interno Bruto para 3,06%.

São evidências de que o crescimento dos gastos públicos brasileiros, sobretudo da administração federal, não oferece margem para novos disfarces. Em ano eleitoral, convém ficar alerta. Porta-vozes do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda argumentam que o governo inverteu o cronograma do gasto público, acelerando os investimentos nos primeiros meses. Seria a saída encontrada para adequar a ação governamental às limitações de gasto em ano de eleições.

Tal argumento não sobrevive à composição das despesas. Os números têm sido impulsionados especialmente pelo inchaço na folha de pessoal e encargos, além de outros componentes de custeio – aqueles destinados a manter o aparelho governamental. Se as despesas gerais do governo central aumentaram R\$ 11,3 bilhões, o dispêndio com pessoal e máquina cresceram quase R\$ 7 bilhões. Resta saber se este é um fenômeno passageiro, resultado da recomposição de vencimentos de servidores públicos, benefícios previdenciários e salário mínimo, ou consequência de um maior descontrole dos gastos.

Em benefício do governo, credite-se o fato de, neste primeiro trimestre, o superávit primário do setor público ter ficado em 4,39% do PIB – acima, portanto, da meta fixada para o ano, 4,25%. Em se tratando de política macroeconômica, isso significa que o setor público deixou de exercer pressão sobre a demanda por bens e serviços. Abre-se, por exemplo, uma vistosa janela para o combate à inflação e para a progressiva redução das taxas de juros.

Há, contudo, um fator pouco tranquilizador: desapareceu a folga habitualmente acumulada no começo do ano. Em 2004 e em 2005, o setor público acumulou gordura suficiente para ser queimada com segurança no segundo semestre. Essa gordura sumiu entre janeiro e março deste ano.

Números mostram que desapareceu a folga habitualmente acumulada no começo do ano

Mais: é difícil imaginar que o apetite público será reduzido a partir de julho, mês que marca oficialmente o início da sucessão presidencial. Trata-se de um jogo perigoso, sobretudo por dois fatores: o Orçamento da União foi inflado pelo Congresso, e o aumento do salário mínimo afetará a folha salarial de todos os níveis de governo e ampliará os gastos da Previdência. É dispensável ressaltar que o governo deverá seguir adiante na tática de promover bondades eleitorais. Um risco pré-eleitoral inaceitável.

O filme é antigo, que persiste mesmo sob o freio da Lei de Responsabilidade Fiscal, mecanismo institucional responsável por impedir que os governantes promovam aumentos insustentáveis de gastos na tentativa de colher dividendos eleitorais. Esse é um compromisso do qual o governo federal – sob qualquer bandeira partidária – não pode distanciar-se. Trata-se de uma conquista e uma exigência da sociedade.

20

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA
28 DE ABRIL DE 2006
opiniao@jb.com.br

Editorial

GASTOS PÚBLICOS

Riscos pré-eleitorais

EDITORIAL 9

A DECISÃO PETISTA DE ADIAR o futuro dos companheiros envolvidos no escândalo do mensalão confirma a degradação do partido que até pouco tempo se autoproclamava sinônimo de retidão ética e moral. O Partido dos Trabalhadores constitui hoje um conjunto de estilhaços, no qual não se enxerga um só exemplo de real autocrítica em relação aos erros cometidos nos últimos anos. O partido poderia ter seguido uma trilha diferente no fim de semana, quando realizou seu 13º Encontro Nacional. Milhões de brasileiros esperavam decisão que revelasse ao país o aprendizado petista – e confirmasse o desejo de extirpar do partido aqueles que macularam a legenda ao banhar-se nas águas do vale-rioduto.

Foi uma espera em vão. O documento aprovado no encontro revela-se uma peça exemplar do estado atual do PT. Adia para depois das eleições o julgamento dos reconhecidos mensaleiros. Tampouco fixa data para isso. Na prática, o truque oferece antecipadamente o perdão. Só as mentes mais insensatas imaginarão que o PT punirá companheiros eleitos nas urnas em outubro. Ou expulsará do partido companheiros dedicados à campanha pela reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PT optou por não perder cabos eleitorais a iniciar um desejável processo de limpeza interna. Pode pagar caro pela ousadia.

O documento oferece condescendência à ação dos in- consequentes. Mesmo sem definir punições, o documento do partido classifica de "inaceitáveis" algumas práticas, entre elas "a centralização de decisões por alguns dirigentes sem a autorização de nossas instâncias". Também se refere a certas "ilusões sobre a possibilidade de políticos conservadores abdicarem de seus próprios projetos e práticas em funções dos nossos" – seja lá o que isso signi- fique

São palavras enfáticas, mas insuficientes. O texto aprovado também revela nassagens especialmente constrangedoras. Insiste, por exemplo, em classificar a reeleição do presidente Lula como algo destinado a barrar a ação da "direita" e dos "neoliberais". Como se vê, os códigos verbais e o jogo retórico do PT permanecem os mesmos dos tempos de oposição, apesar das lições deixadas por quase quatro anos de exercício do poder. A recorrência à tese de existência de uma "direita neoliberal" capaz de expulsar do governo os petistas tem sido a forma encontrada pelos caciques do partido para con- clamar os militantes e os des- avisados dos movimentos so- ciais. Resta saber se serão bem-sucedidos nessa con- vocação.

O partido exhibe estilhaços, nos quais não se enxerga um só exemplo de autocrítica

Para alguns, é compreensível que os líderes do partido recorram a fantasias para escapar do julgamento público. O partido segue adiante, emparedado pelas escabrosas denúncias que esfa- celaram o patrimônio ético da estrela vermelha, tisonado pela paralisia administrativa que esmaeceu as feições do governo Lula e abalado por sucessivas tentativas de fugir das investigações em curso. Não se justifica, contudo, a manutenção de uma empáfia canhestra, como aquela exibida ontem pelo presidente, durante a missa do Primeiro de Maio, na cidade de São Bernardo. Lula exime-se de responder às críticas que governo e partido recebem. O julgamento, garante, tem de ser feito pelo povo. Será. Mas a constatação não lhe garante o privilégio do silêncio diante dos escândalos e do perdão oferecido aos mensaleiros. Esse gesto, sim, será julgado pelos eleitores em outubro.

TERÇA-FEIRA
2 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

JORNAL DO BRASIL

Editorial

ENCONTRO DO PT

Silêncio e perdão

EDITORIAL 10

AS ÚLTIMAS CENAS DE CONFRONTO entre policiais e traficantes na Rocinha revelam que a percepção de medo dos cariocas segue uma trilha diferente das estatísticas oficiais de segurança. A suspeita transforma-se em convicção diante da repetição de episódios como o de terça-feira, quando duas operações policiais foram realizadas na favela. Traficantes reagiram com disparos e granadas. Uma criança de 11 anos, Mariana Nunes Nilo Pereira, foi baleada nas mãos. Depois que parte da polícia deixou a comunidade, um novo confronto ocorreu numa área de mata. Conforme o enredo habitual, o Túnel Zuzu Angel foi fechado por 10 minutos. O trânsito parou. Moradores de bairros vizinhos, como Gávea e Leblon, assustaram-se com o barulho dos tiros. Os cariocas que vivem em São Conrado ficaram com medo. Comerciantes tiveram prejuízo.

Os números e as datas são diversos, mas são evidentes as semelhanças com outros confrontos ocorridos naquela área. Enquanto casos assim se repetirem, pouco adiantarão os eloquentes avanços constatados no combate ao crime e à violência no Rio de Janeiro. As autoridades fluminenses têm obtido grandes vitórias no enfraquecimento bélico dos bandidos. Nos últimos 10 anos, houve redução no número de homicídios no estado, com mais de 20% de queda, em média, segundo pesquisa do Instituto de Segurança Pública – órgão responsável pela análise científica dos índices de criminalidade. Os números revelam ainda que caiu o índice de assaltos aos turistas. Aumentou o número de armas apreendidas. O próprio conflito de terça-feira é uma mostra da ação do aparato de segurança. Tais triunfos, contudo, desmoronam-se diante da deflagração do medo promovida pelo confronto na favela. Os tiroteios tornam-se rotina para os moradores da Rocinha e seu entorno, enquanto as estatísticas vão adquirindo feições menos estarrecedoras.

O efeito das notícias é especialmente devastador: o que fica nos corações e mentes dos cariocas é que o Rio vive coagido por traficantes, assaltantes e quadrilheiros de toda ordem. Cristaliza-se a idéia de que os cariocas andam atemorizados pelas ruas. Segundo a percepção popular – ora falsa, ora verdadeira – a mais maravilhosa das cidades do mundo é palco de cenas de guerra tão violentas quanto no Oriente Médio. É prova de que têm sido insuficientes o empenho da polícia do Rio e os avanços no trabalho preventivo de inteligência, realizado pelas autoridades fluminenses.

Falta o óbvio: a constatação, entre os governantes, de que o Rio, sozinho, não vencerá esse medo. O Brasil precisa de uma concertação ampla entre integrantes de

A percepção de medo segue uma trilha diferente das estatísticas oficiais de segurança

todas as esferas do poder público e representantes da sociedade civil para a montagem de um grande plano nacional de segurança pública. As vozes de inquietação e medo não se espalharam como se esperava por todos os governos – não só o estadual, mas o municipal e, sobretudo, o federal.

Diagnósticos existem em profusão. Os avanços percebidos no Rio, mesmo numa área de conflito urbano grave, comprovam a tese de que é possível vencer a guerra. Mas não basta. Convém, por exemplo, eliminar os problemas de corrupção identificados nas polícias. É preciso também rever as regras penais, processuais, administrativas e de execução – envelhecidas pelo tempo. Ações eficazes dependem ainda da autoridade da qual emanam as determinações. O país precisa, portanto, de líderes convictos de que segurança é um problema nacional – chaga crônica da qual padecem não só os cariocas.

SEXTA-FEIRA
12 DE MAIO DE 2006
opiniao@jb.com.br

JORNAL DO BRASIL

Editorial

SEGURANÇA

Um tiro na alma nacional